

# **PROJETO DE LEI N.º 3.643, DE 2024**

(Do Sr. João Daniel)

Estabelece medidas adicionais de proteção, recuperação, fiscalização ambiental, a responsabilidade objetiva dos responsáveis por queimadas ilegais e altera as leis nº 14.944 (Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo), a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o Decreto-Lei nº 2.848 (Código Penal) e dá outras providências.

#### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

EDUCAÇÃO;

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO

F

DESENVOLVIMENTO RURAL;

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

### **APRECIAÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. JOÃO DANIEL)

Estabelece medidas adicionais de proteção, recuperação, fiscalização ambiental, a responsabilidade objetiva dos responsáveis por queimadas ilegais e altera as leis nº 14.944 (Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo), a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o Decreto-Lei nº 2.848 (Código Penal) e dá outras providências.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas adicionais de proteção, recuperação, fiscalização ambiental, a responsabilidade objetiva dos responsáveis por queimadas ilegais e altera as leis nº 14.944 (Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo), a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o Decreto-Lei nº 2.848 (Código Penal) e dá outras providências.

Art. 2º A lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024 - Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo - passa a vigorar acrescido do parágrafo quinto (§ 5º) no artigo décimo (Art. 10):

"Art.10.	 	 

§ 5º O Poder Executivo deverá implementar programas de treinamento para agricultores e

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 6° andar - Gabinete 605 | 70160900 Brasília DF Tel: (61) 3215-5605 - Fax: (61) 3215-2605 | E-mail: dep.joaodaniel@camara.gov.br





proprietários rurais sobre práticas agrícolas sustentáveis e alternativas ao uso do fogo.".

Art. 3° A lei n° 14.944, de 31 de julho de 2024 - Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo - passa a vigorar acrescido do Art. 29-A:

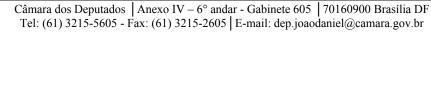
"Art. 29-A O Governo Federal fomentará programas de treinamento para agricultores e proprietários rurais sobre práticas agrícolas sustentáveis, alternativas ao uso do fogo.".

Art. 4° A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal – passa a vigorar acrescido do Art. 38–A e seus respectivos parágrafos a seguir:

"Art. 38–A O proprietário rural, empresa ou ocupante legal de imóvel rural que, por ação ou omissão, permitir que a área em uso seja atingida por queimadas ilegais deverá promover a recuperação ambiental da área devastada, dentro do prazo determinado pelo órgão competente.

§ 1º É vedada a venda, comercialização ou transferência de áreas rurais que tenham sido atingidas por queimadas ilegais até que seja comprovada a completa recuperação ambiental da área.

§ 2º Em caso de reincidência de queimadas ilegais, será cabível a desapropriação das áreas devastadas para fins de Reforma Agrária, nos termos do art. 186 da Constituição Federal:



Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.cgmara.leg.br/CD248356461500

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel





- I A desapropriação de que trata esta Lei será realizada mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- II O processo de desapropriação será iniciado por denúncia formalizada junto aos órgãos ambientais competentes, que deverão realizar a devida investigação e comprovação do crime.
- § 3º Fica estabelecida a responsabilidade civil e criminal dos proprietários de terras, arrendatários e ocupantes responsáveis por queimadas ilegais, nos termos da legislação vigente.
- § 4º Produtores rurais e empresas condenadas por queimadas ilegais são proibidos de acesso a subsídios, créditos públicos e programas de incentivo governamentais para produções rurais por um período mínimo de cinco anos.
- § 5º Fica prevista a possibilidade de confisco de bens dos responsáveis por grandes incêndios florestais, como forma de reparar os danos ambientais causados.
- § 6º O Poder Executivo deverá implementar programas de reflorestamento e recuperação de áreas afetadas por queimadas, sob domínio público, com apoio técnico e financeiro, em consonância com a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.





§ 7º O Poder Executivo deverá incentivar a transição para práticas agrícolas sustentáveis, como sistemas agroflorestais e agroecológicos, que evitam o uso de queimadas.

§ 8º Fica instituído um selo de certificação para produtores que aderirem a práticas sustentáveis, em contraposição ao uso do fogo no meio rural, dando-lhes prioridade em programas de compras públicas e exportações.

§ 9° O Poder Executivo deverá implementar programas de extensão universitária e instituições de pesquisa para levar conhecimento técnico e científico sobre práticas de manejo sustentável e recuperação de áreas degradadas, em especial as áreas afetadas por queimadas.".

Art. 5° A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - passa a vigorar acrescido do § 12 no Art. 26:

"Art 26

/\/\.\_\/\.\.\.\.\.\.\.\.\.\.\.\.\.\.\.\	

§ 12 Fica obrigatória a inclusão de conteúdos sobre os ecossistemas brasileiros, os impactos das queimadas, desmatamentos, aquecimento global e a importância da preservação ambiental, dos recursos naturais e da biodiversidade em todas as etapas da educação básica.".

Art. 6° O Decreto-Lei N 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - passa a vigorar acrescido do item III, no § 1° do Art. 250:

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 6° andar - Gabinete 605 | 70160900 Brasília DF Tel: (61) 3215-5605 - Fax: (61) 3215-2605 | E-mail: dep.joaodaniel@camara.gov.br





"Art.250		 			
	8 1°				

- III Incendiar, provocar ou contribuir para queimadas ilegais em áreas de preservação permanente, unidades de conservação, terras indígenas, quilombolas ou áreas rurais:
- a) se o crime for cometido por proprietários, arrendatários ou ocupantes de propriedade rural afetada;
- b) majorada a pena ao mandante, se o crime for encomendado, contratado ou terceirizado.".
- Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 8º Revogam-se todas as disposições em contrário.

#### **JUSTIFICATIVA**

O combate às queimadas ilegais é uma questão de extrema importância para a preservação do meio ambiente, a proteção da biodiversidade e à proteção da vida, sendo uma grave ameaça aos ecossistemas e à sustentabilidade ambiental do Brasil. As queimadas causam diversos impactos negativos, como a perda da cobertura vegetal, a emissão de gases de efeito estufa, a poluição do ar e a intensificação de eventos climáticos extremos.



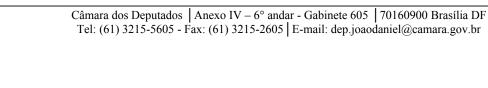
Este Projeto de Lei visa fortalecer legislação existente, ampliando as responsabilidades dos proprietários rurais e empresariais, estabelecendo medidas mais rigorosas para a prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais, bem como, promovendo a recuperação dos ecossistemas degradados. A responsabilização objetiva daqueles que promovem ou autorizam queimadas ilegais, por meio de multas, desapropriação e restrições ao acesso a subsídios, tornando essencial para garantir a proteção ambiental. Ao mesmo tempo, a criação de incentivos, como selos de certificação para práticas sustentáveis e prioridade em programas de compra pública, visa promover a transição para um modelo econômico mais verde.

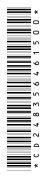
A capacitação de agricultores e proprietários rurais em alternativas ao uso do fogo, prevista na Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, é uma medida essencial para evitar o uso envolvido dessa prática nociva. Além disso, a inclusão de conteúdos sobre os impactos ambientais das queimadas e incêndios florestais nos currículos escolares, em conformidade com a proposta de alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, busca conscientizar as gerações futuras sobre a importância da preservação ambiental. O sucesso das ações de combate às queimadas e incêndios florestais dependerá da adaptação das medidas às particularidades regionais e articuladas entre os diferentes níveis de governo — federal, estadual e municipal. Ao investir em práticas agrícolas sustentáveis e em educação ambiental, o projeto contribui para a construção de um futuro mais sustentável.

Portanto, o projeto de lei visa não apenas atuar no curto prazo, punindo e prevenindo queimadas e incêndios florestais, mas também garante que, no longo prazo, o Brasil adote uma postura mais consciente e sustentável em relação ao uso de suas terras e à preservação do meio ambiente. Ao articular educação, responsabilização, incentivos e cooperação entre os diferentes entes governamentais, ele promove uma mudança sistêmica que pode



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel







transformar a relação do país com seus recursos naturais, contribuindo para a criação de um futuro mais equilibrado, resiliente e próspero.

Sala das Sessões, em de setembro de 2024.

Deputado JOÃO DANIEL PT/SE







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 14.944, DE 31	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024-0731;14944
DE JULHO DE 2024	
LEI Nº 12.651, DE 25	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-0525;12651
DE MAIO DE 2012	
LEI Nº 9.394, DE 20 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996-1220;9394
<b>DEZEMBRO DE 1996</b>	
DECRETO-LEI N°	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-
2.848,	<u>07;2848</u>
DE 7 DE DEZEMBRO	
DE 1940	
CONSTITUIÇÃO DA	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:198810-
REPÚBLICA	<u>05;1988</u>
FEDERATIVA DO	
BRASIL	

### **FIM DO DOCUMENTO**